

PFL vai pedir mandato de seis anos para Sarney

BRASÍLIA — O Secretário-Geral do PFL, Deputado Saulo Queiroz, anunciou ontem que apresentará à Constituinte um Projeto de Decisão fixando em seis anos o mandato do Presidente José Sarney. Saulo argumentou que a indefinição do mandato presidencial "gerará dificuldades ao funcionamento da Constituinte" e que o próprio Presidente já manifestou a dirigentes do PFL "a importância de ver definido seu mandato com brevidade, dentro de um entendimento com os partidos".

Na noite de quarta-feira, em conversa com o Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, e com os Vice-Líderes Saulo Queiroz e Jaime Santana, o Presidente José Sarney mencionou essa preocupação, inclusive observando que gostaria de ter uma definição sobre o tempo que lhe resta à frente do Governo antes de embarcar para a Alemanha, em maio. Dirigentes do PFL interpretam essa preocupação como uma necessi-

dade de o Presidente saber exatamente de quanto anos dispõe para executar seus planos de Governo.

Saulo Queiroz negou, porém, que a decisão de propor o mandato de seis anos para Sarney tenha sido sugerida pelo próprio Presidente. O Deputado explicou que concebeu a idéia para evitar que o assunto "manteinha um debate permanente na Constituinte, criando dificuldades ao seu andamento". Além disso, segundo ele, surgiriam problemas para negociações do Brasil com outros países, pois as divergências sobre o mandato geram uma idéia de instabilidade interna.

Para inaugurar na Constituinte o uso do Projeto de Decisão — figura até então vista com muita desconfiança pelo PFL — Saulo terá que aguardar a votação do Regimento da Assembléia, que depende, justamente, de um acordo com o PMDB em torno da limitação da área de aplicação daquele instrumento.



Queirós irá apresentar o projeto

FIGURA LEGISLATIVA COMEÇA A SER USADA

'Projeto de decisão' permite que sejam tratados assuntos relevantes

BRASÍLIA — O "projeto de decisão" — nova figura legislativa que o Secretário-Geral do PFL, Deputado Saulo Queiroz, pretende usar para fixar o mandato do Presidente Sarney — permite que a Assembléia Constituinte trate de qualquer assunto que considere "relevante" ou ameaçador de seus trabalhos e decisões paralelas à elaboração da futura Carta.

Pelo texto do Regimento Interno da Assembléia, elaborado pelo relator do substitutivo, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), a qualificação de um assunto como "relevante" pode ser adotada praticamente sem nenhum limite. Pela emenda apresentada pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) para a negociação — que agrada ao Presidente José Sarney — o "projeto de decisão" será destinada a "sobrestar medidas

que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte".

Para que tramite um "projeto de decisão" serão necessários os seguintes passos:

1) O assunto deve ser provocado por um terço dos Constituintes (187);

2) Obtido o apoio dessa parcela, a proposta segue para a Comissão de Sistematização, que tem prazo de cinco dias para avaliar se o projeto se enquadra nas especificações dadas pelo Regimento.

3) Caso a comissão considere a matéria pertinente, o projeto seguirá para o plenário, onde precisará de maioria absoluta (280 votos) para ser aprovada.

Presidente busca a união do PMDB

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney está empreendendo um esforço junto aos políticos de sua maior intimidade dentro do PMDB, no sentido de promover a união do partido — tanto quanto seja possível, guardadas as contradições internas — e fazer com que o PMDB revise sua posição de apoio crítico em relação ao Governo, passando a adotar uma postura de "apoio de sustentação".

De acordo com fontes parlamentares e do Governo, Sarney tem se mostrado preocupado com as constantes divisões que vêm ocorrendo dentro do PMDB em questões consideradas fundamentais pelo Palácio do Planalto. Ele não desconhece as dificuldades de se conseguir a coesão do partido, pelas suas características de "frente ampla e heterogênea", onde convivem correntes ideológicas até mesmo díspares, mas defende uma postura mais uniforme.

Essa posição de Sarney foi admitida ontem pelo Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, que se reuniu com o Presidente pela manhã. Segundo ele, o Presidente está interessado em reforçar a Aliança Democrática e, em especial, o PMDB. "O Presidente deseja a união do partido e a sua aproximação com o Governo", frisou.

Desde a votação do Regimento Interno da Constituinte, quando PMDB e PFL mostraram com clareza suas diferenças, políticos pefelistas têm cobrado do Presidente Sarney os cargos federais que se encontram sob o controle de peemedebistas que não têm dado sustentação ao Governo. Segundo o relato de Sant'Anna, Sarney afirmou que não haverá hostilidade aos Parlamentares considerados "infiéis" e informou que está em estreito entendimento com o Deputado Ulysses Guimarães para promover as negociações necessárias à unidade do PMDB e da Aliança Democrática.

— A negociação é a melhor forma de contornar os problemas para se chegar a um acordo na Aliança Democrática — teria dito Sarney a Sant'Anna.

O Líder do PFL, Deputado José Lourenço, que atribuiu ao Presidente da República ameaças de cortar os cargos federais ocupados por peemedebistas não afinados com o Governo, apesar de desautorizado, não recuou nas suas afirmações anteriores, observando que preferia "ser punido pela ousadia a ser criticado pela omissão". A "ousadia" valeu quarta-feira a Lourenço uma repreensão do Presidente Sarney, pelo telefone.

PMDB não negocia cinco pontos do Regimento

BRASÍLIA — O PMDB considera negociáveis cinco pontos do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte: a explicitação da soberania da Constituinte, o funcionamento da Câmara e Senado em caráter extraordinário, o direito de iniciativa popular para propostas, a abertura para realização de plebiscitos sobre dispositivos da nova Carta e o quorum de maioria simples nas comissões da Assembléia.

Essa foi a orientação transmitida pelo Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, ao Deputado Antonio Britto (RS), no exercício da liderança enquanto Luiz Henrique não retorna de Santa Catarina.

Esta negociação não se completará sem que sejam atendidos os pontos considerados fundamentais pelo PMDB — avisou Britto, informando que todos os Deputados estão sendo convocados para estar em Brasília segunda-feira, para a votação do Regimento na terça, dia 10.

Quanto à polêmica causada na questão da soberania em torno das palavras "sobrestar" ou "salvaguardar", que seriam usadas no artigo 57 para impedir atos do Executivo que ameacem o funcionamento da Constituinte, Britto afirmou que para o PMDB não importa ficar discutindo termos. O partido quer assegurar no dispositivo uma definição que, somada ao preâmbulo do Regimento, permita à Constituinte "exercer sua soberania para reagir, defender-se, proteger-se e atuar contra eventuais ameaças".



Britto explica a posição do partido

O Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, reafirmou ontem que o Presidente Sarney quer mesmo o aproveitamento da emenda do Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) no artigo 57, utilizando a palavra "sobrestar" antes de "medidas que possam ameaçar a soberania da Constituinte". O Governo admite, no entanto, a alteração no texto, desde que não implique em redução de sua objetividade.

PFL espera ter o apoio do PDS e PTB

BRASÍLIA — O PFL está empenhado em ter o reforço do PDS e do PTB nas teses que pretende defender na Constituinte. O primeiro passo nesse sentido consiste no estreitamento das relações entre os partidos, que já começa com a decisão do Líder José Lourenço de consultar os Líderes do PDS, Amaral Netto, e do PTB, Gastone Righi, antes de fechar qualquer acordo com o PMDB para aprovação do Regimento Interno da Constituinte.

Amaral Netto garante, contudo, que esta aproximação entre o PDS e o PFL quanto a pontos do Regimento Interno é "circunstancial" e não significa qualquer sinal de uma possível aliança entre os dois partidos.

— Só se eles quiserem voltar — ironizou.

José Lourenço, por sua vez, afirmou que na Constituinte "desaparecem as siglas partidárias e surgem os grandes blocos". O Presidente e Líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, não esconde, entretanto, seu ressentimento para com o PFL na condução das negociações com os demais partidos para aprovação do Regimento Interno.

— Só depois que os grandões decidem, eles vêm nos comunicar — reclamou Passarinho, referindo-se às negociações entre o PFL e o PMDB em torno dos pontos polêmicos do Regimento.

Governo agirá diante de propostas da Constituinte que possam afetá-lo

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto pretende influir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte sempre que estiver em exame qualquer proposta que signifique "uma intervenção brusca" no Governo. Segundo o entendimento dominante no Palácio, o Governo do Presidente José Sarney está legalmente constituído e é mantido por uma Constituição em vigor, a Carta de 67, e por isso acredita que não pode ficar inerte diante de medidas que possam afetá-lo diretamente.

Essas informações foram prestadas ontem pelo Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, ao explicar porque se tornou inaceitável para o Palácio do Planalto a aprovação do Regimento Interno da Constituinte, nos termos do substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso. O projeto, que é apoiado pelo Líder do PMDB na Câmara, Deputado Luiz Henrique, permite que a Assembléia interfira nas ações governamentais, bastando para isso que considere alguma decisão do Presidente assunto de "interesse relevante".

— A redação proposta no substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso constituiria fator de desestabilização da transição proposta pelo Governo — afirmou Sant'Anna. O Governo, por outro lado, não



Sant'Anna fala sobre Regimento

traçou uma linha especial de conduta em relação ao funcionamento do Congresso, que pelo projeto de Fernando Henrique ficaria virtualmente paralisado durante os trabalhos da Constituinte. A decisão sobre essa questão é da exclusiva competência da Câmara e do Senado, segundo Carlos Sant'Anna.

Ele justificou, entretanto, a interferência do Executivo sobre o Legislativo no caso das medidas que possam afetá-lo diretamente: "É uma postura digna".

Votação do Regimento do Senado será obstruída, à espera de acordo

BRASÍLIA — O Senado não vai votar o seu Regimento Interno na segunda-feira, como estava previsto, pois um grupo de Senadores do PMDB vai obstruir a votação a fim de que as bancadas do partido na Câmara e no Senado cheguem a um acordo sobre o funcionamento das duas Casas do Congresso. A informação é do Primeiro-Secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), para quem uma decisão fora do consenso partidário neste momento seria "muito perigosa para o PMDB".

— Não podemos continuar mostrando discordância quanto ao tipo de funcionamento da Câmara e do Senado, temos é que decidir. Determinar qual a posição majoritária dentro do Partido. Já debatemos demais sobre esta questão e como um partido essencialmente democrático, devemos acreditar no acerto das decisões tomadas pela maioria".

Jutahy Magalhães está conversando com os Senadores do PMDB para convencê-los a esperar que as bancadas das duas Casas cheguem a um acordo. Ele vai entrar em contato com o Presidente do partido, Ulysses Guimarães, para fixar uma data, "a mais breve possível", para reunir os peemedebistas e conhecer a posição da maioria. Jutahy reconhece que a idéia do recesso em branco encontra resistência entre os Senadores, por causa da tese do unicameralismo, mas acredita que a proposta de compatibilização das duas Casas e a Constituinte, como está no substitutivo ao Regimento Interno do Senador Fernando Henrique Cardoso, poderá prevalecer ao final das discussões.

Até o final da semana passada, os Senadores não estavam muito sensibilizados com a forma proposta no Regimento Interno da Constituinte. Na sexta-feira, o Presidente do Sena-

do, Humberto Lucena, encaminhou aos líderes uma proposta em nome da Mesa, que considerava como um ponto de vista comum à bancada do PMDB. Nela estava previsto que no lugar das comissões permanentes, o Senado funcionaria com apenas uma comissão especial, integrada por 24 Senadores — um representante de cada Estado e do Distrito Federal.

Os líderes não aceitaram e elaboraram uma outra proposta que instala todas as comissões, ainda que não funcionem, e prevê sessões plenárias três vezes por semana, com pareceres orais, apenas funcionando em horário distinto da Constituinte.

Na Câmara dos Deputados, a tese da compatibilização defendida por Ulysses Guimarães já começa a ganhar corpo mesmo entre aqueles parlamentares que até há pouco tempo se opunham a qualquer hipótese de funcionamento e defendiam o recesso branco.